

Ideia de “cidade intermediária” à luz do conceito de transação social

Idea of “intermediate city” in light of the concept of social transaction

Antônio DIMAS CARDOSO

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Brasil

Departamento de Ciências Sociais

Rede Internacional e Interdisciplinar sobre Desigualdades

antonio.dimas@unimontes.br

Resumen

El artículo aborda el concepto de transacción social a la luz de la idea de “ciudad intermedia”, según el planteamiento del sociólogo belga Jean Remy. Considera el papel de intermediación que desempeñan las ciudades de tamaño mediano en áreas urbanizadas o en proceso de urbanización, dependiendo de sus respectivos contextos nacionales o regionales, particularmente en Brasil. Desde una perspectiva interpretativa, el estatus de “ciudad intermedia” está asociado al concepto de transacción social y, así, puede revelar los vínculos sociales entre los habitantes de la ciudad que interactúan en el espacio urbano. Este trabajo postula que el concepto de Remy contribuye en gran medida a la comprensión de situaciones concretas en los intersticios de las ciudades, siendo las transacciones sociales mediadoras de acciones y relaciones simultáneas de proximidad y distancia, incluso en América Latina.

Palabras clave: transacción social; ciudades intermedias; Jean Remy; espacio urbano.

Antônio DIMAS CARDOSO

Ideia de “cidade intermediária” à luz do conceito de transação social
Sur y Tiempo. Revista de Historia de América, N°9, enero-junio 2024, pp. 99-111.

ISSN 2452-574X

DOI: 10.22370/syt.2024.9.4231



Abstract

The article addresses the concept of social transaction in light of the idea of the “intermediate city”, according to the approach of Belgian sociologist Jean Remy. It considers the intermediation role that medium-sized cities play in urbanized areas or in the process of urbanization, depending on their respective national or regional contexts, notably in Brazil. From an interpretative perspective, the status of “intermediate city” is associated with the concept of social transaction and, thus, can reveal the social ties between city dwellers who interact in the urban space. This work postulates that Remy's concept greatly contributes to the understanding of concrete situations in the interstices of cities, with social transactions being the mediator of actions and simultaneous relationships of proximity and distance, including in Latin America.

Keywords: social transaction; intermediate cities; Jean Remy; urban space.

100

Introdução

Este trabalho procura refletir, à luz do debate acadêmico contemporâneo, o esforço analítico de reconstrução crítica do conceito de *transação social*, cujo esquema conceitual é originário de Jean Remy –sociólogo belga cujos importantes estudos ainda são poucos difundidos na América Latina. Embora circunscritas ao contexto europeu, especialmente na França nos anos 1970, as discussões epistemológicas sobre a noção de *transação social* –incrementadas a partir dos anos 1980 por Remy e sua equipe de colaboradores da Universidade de Lovaina (Bélgica)– têm sido fundamentais para estudos das situações cotidianas de interação social, cujo foco de complexidade demanda novas perspectivas de interpretação sociológica sobre a dinâmica da vida coletiva.

A postulação deste artigo é a de que o conceito sociológico de Jean Remy contribui, efetivamente, para a percepção de “situações concretas”, em qualquer ambiente cotidiano, no tempo e lugar, visto que pode ser entendido como modalidade

de interação que se encontra em diferentes domínios da vida social. Desta maneira, o espaço urbano é interpretado como *locus* de mediação de convergências e divergências de atores distintos, além de expressar formas de representação, especialmente no entorno das chamadas “cidades intermediárias”.

Assim, a cidade apresenta-se, por excelência, como o espaço onde indivíduos e grupos sociais interagem, coexistindo, apesar de diferenças entre si. O conceito remyano de *transação social* extrapola, portanto, a mera visão morfológica de cidade, abrindo espaço para a interpretação das lógicas das determinações sociais sobre os indivíduos na vida cotidiana. Como Remy a percebe, a *transação social* encontra-se por todo o lado e em diversos níveis de ação. A originalidade do ponto de vista do sociólogo belga decorre da sua preocupação central: abordagem dinâmica de um projeto que se desenrola, ou de um laço social em vias de formação.

Ou seja, a conceitualização em torno da transação social, desenvolvida por Remy, apresenta consistência teórico-analítica por permitir descortinar os laços sociais entre os protagonistas da “cidade intermediária”, construídas no âmbito das ações de indivíduos que dão expressão ao sentido do jogo social. Pressupõe que se atribua capacidade de iniciativa aos indivíduos inseridos num processo de interação social, onde predomina uma pluralidade de estratégias, notadamente nas cidades, desenrolando-se em variadas escalas.

101

1. O debate acadêmico sobre transação social: um novo paradigma?

Publicado pela primeira vez em 1978, o livro “Produzir ou Reproduzir?” (Remy et al., 1990) é a obra fundadora da sociologia da *transação social*, onde o principal autor e seus colaboradores da Universidade de Lovaina procuram identificar situações determinadas entre *estrutura e ação, ator e sistema, acontecimento e rotina*, trabalhando numa perspectiva epistemológica que marca a ruptura com a escola da reprodução francesa, ao mesmo tempo em que refuta o estruturalismo determinista de origem marxista.

A contextualização do conceito *transação social* tem sido recorrente desde sua fase embrionária de discussão, na década de 1980, naquela ocasião animada pelo

próprio Remy, motivado que foi pelo conflito federativo belga. Desde então, o esquema interpretativo sistematizado por Remy passou tomar lugar em numerosas investigações, no contexto europeu, principalmente em estudos sobre cidade, sistema educacional, religião e formas de inserção social e profissional. Com isso, os analistas evitam hipostasiar o próprio conceito, modelando-o no tempo, aberto e flexível, conforme a dinâmica das “situações concretas”, objetivadas nos espaços de interação social (Blanc, 2009).

Maurice Blanc, de um lado, Bernard Fusulier e Nicolas Marquis, por outro, destacam-se entre os principais analistas da *transação social* na atualidade¹. Com avaliações distintas, mas complementares, esses pesquisadores –seguidores acadêmicos de Remy– afirmam a adaptabilidade do conceito, considerando sua pertinência no contexto de incertezas da modernidade avançada, onde está em jogo a formação da identidade prático-moral do sujeito a partir de relações de confiança adquiridas no meio social. Enquanto Fusulier e Marquis utilizam metodologicamente a noção de transação para enfatizar as trocas cotidianas como forma primordial de relações sociais, em situações datadas, Blanc, ao criticar o racionalismo presente nessa forma de abordagem, prefere enfatizar o caráter paradigmático e heurístico do conceito, assegurando-lhe uma dimensão universal e readaptável no tempo, tendo em vista sua atualidade e futuro.

A epistemologia da *transação*, em geral, mantém sua definição canônica por propor um esquema analítico ampliado e sugestivo de “apreensão social”, almejando revelar situações-limite (Fusulier y Marquis, 2008). Ao contrário da teoria da ação comunicativa de Habermas, por exemplo, os dissensos são o ponto de partida da *transação social*, na busca de resoluções provisórias de conflitos. Aproxima, de forma intuitiva, da teoria crítica de luta por reconhecimento formulada por Honneth (2007), tendo em vista que as configurações sociais e institucionais são elementos fundantes da gramática da *transação*, pressupondo que as lógicas, recursos e formas de

¹ A partir dos anos de 1990, a discussão desencadeou-se principalmente no âmbito do Comitê de Pesquisa “Transactions sociales”, da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa, onde Maurice Blanc, Bernard Fusulier, Nicolas Marquis e Christian Maroy, entre outros, são ativos participantes.

apropriação tornam-se referências primordiais de interpretação sobre “os modos de espacialização da vida social”, que devem ser entendidos como sendo “um fenômeno social total mas percebido sob um ângulo específico” (Remy, 1995).

Blanc, por seu turno, destaca que Remy distingue analiticamente valores para melhor combiná-los. Assim, a pertinência da noção de *transação social* pode ser atestada por meio de grandes eixos de problematização teórica, como a organização do espaço, o sistema social e o sistema cultural. Remy estabelece, então, distinções em dois níveis de análise: o “estrutural” (lógica das determinações sistêmicas sobre os indivíduos), produtor de sentido e percepção, e o “estrutural” (dinâmicas sócio-afetivas e lógicas de apropriação pelos indivíduos), produtor de obrigações objetivas, onde o “espaço” surge como lugar de convergência e interação de atores diferentes. Tais distinções possibilitam ao analista a superação dos impasses tão recorrentes nas dicotomias estrutura/ação e ator/sistema.

Numa dimensão intuitiva, que se pretende anti-maniqueísta, mas “dionísica” (Blanc, 2009), a *transação social* em Remy é compreendida como modalidade de interação em diferentes domínios da vida social. Extrapola a determinação racionalista do “agir estratégico” –argumento central na teoria dos jogos– e propõe a percepção hermenêutica dos processos de mobilidades, trocas, negociações e compromissos assumidos pelos atores na “invenção do cotidiano” (Remy et al., 1990).

Inspirado pela sociologia do espaço de Georg Simmel, Remy e coautores, em “Produzir ou Reproduzir?” enfatizam a interação enquanto mecanismo de coesão do sistema social, tendo como elementos empíricos a detecção de ambivalências e contradições presentes em ações cotidianas. Daí a centralidade da noção de *transação social*, tendo em vista os esforços de cooperação e compromisso estabelecidos pelos indivíduos em processo de interação e ação recíproca. Apesar das determinações estruturais, portadores de forças sociais que condicionam o comportamento individual, os autores detectam a dimensão interativa da vida social tendo como referência o jogo tenso de proximidade e distância, de diferenciação e indiferenciação, de filiação (integração funcional) e desfiliação (baixa coesão social), onde progressivamente toma corpo, na modernidade, em fluxo contínuo e dialético, o peso

do ator autônomo em processo de *individuação*², “permitindo que diferentes estilos de vida se expressem” (Remy et al., 1990).

2. Transação social em cidades intermediárias

Como sabemos, a vida social, nas cidades, é um processo fluido e altera-se frequentemente, no cotidiano. As relações sociais jamais possuem formas estáticas por si mesmas, apesar das determinações estruturais. Emergem –adquirem regularidade e tornam-se “ordens”– conforme interesses e formas de dominação em jogo, por meio de ações individuais específicas ou como consequência de deliberações coletivas. No entanto, são ambíguas por natureza, como diria Simmel, pois expressam movimentos de aproximação e distância, de acomodação e refutação. Assim, tal perspectiva em Remy, ao utilizar em suas análises a dimensão do “estrutural”, busca a interpretação de aspectos socioculturais sobre possibilidades de escolhas e modo de vida dos indivíduos; enquanto o “estrutural” expressa capacidade de apropriação³. A transação é a articulação entre esses dois pólos de interpretação, tanto da dimensão societária quanto comunitária.

De fato, podemos constatar que formas de “apreensão social” podem se constatadas empiricamente no esforço de investigação sobre novos modos de espacializações e modificação nas estratificações sociais, tendo a cidade como elemento-chave dessas complexidades. As configurações do espaço produzem e reproduzem ambigüidades, onde a construção de um estilo de vida moderno, no contexto binário rural/urbano, caracteriza-se pelo hibridismo cultural. Em meio a contrastes e similaridades, no dia a dia, a estética da cidade suscita formas

² Inspirado em Simmel, Remy entende “individuação” como processo criativo de autonomização da individualidade e de diferenciação no espaço social, ou seja, a relação indivíduo/liberdade, cuja capacidade pessoal supõe um certo distanciamento de toda forma de implicação social. Distanciamento crítico. Significa possibilidade de mobilidade, em contraposição à condição pré-moderna, na qual a “personalidade” encontra-se fortemente circunscrita ao seu círculo social tradicional. A individuação representa ainda uma contraposição ao *individualismo*, pois esse “consiste não levar em conta consequências coletivas na expressão de suas preferências” (Remy, 2005).

³ Ao utilizar o termo “apropriação”, lanço mão da análise de recursos construídos pelos indivíduos à medida que interagem no espaço social. Ou seja, como formula Balsa (2006: 10): “a compreensão do modo particular como os atores investem no social”.

“tradicionais” e “modernas” de vida social, que se expressam nos estilos de habitação e formas de ocupação de ambientes públicos e privados.

A cidade tradicional é radicalmente modificada pela multiplicação de centros especializados: centro comercial, centro hospitalar, centro escolar, shoppings, parque etc. Esta dispersão conduz a uma diminuição do peso do centro histórico. A ordem urbana vai, com isso, ser radicalmente modificada. A nova composição do espaço será marcada pelo que Remy chama de “urbanismo insular”. Com isso, estes centros especializados apresentam-se como ilhas distribuídas pela trama urbana. Estas “ilhas” podem ser maiores ou menores, mas tendem a apresentar-se como equipamentos para uso público embora com gestão privada. Um movimento inverso é produzido quando considera-se os condomínios privados, quando as imediações e acessos a estes espaços são públicos. O seu cercamento pode ser material, excluindo os *indesejáveis*, permitindo que esses lugares residenciais possam mesmo comportar um certo número de equipamentos que proporcionam uma vida cotidiana agradável e em que se permanece “entre si”.

Noutros casos, o cercamento pode ser apenas simbólico, com certos bairros que são reservados, de fato, aos seus habitantes e onde o controle social do lugar restringe a livre circulação, excluindo, de fato, praticamente todas as pessoas que estejam de passagem. Em alguns contextos, as associações de moradores podem mesmo fechar o acesso a certas ruas, de forma a preservar o ambiente nas áreas previstas para uso residencial. Assim, de uma forma ou de outra, os espaços destinados a um uso público são privatizados. Nos dois movimentos –uso público dos espaços privados e uso privado dos espaços públicos– constituem-se espaços autônomos em referência à trama urbana geral. Este duplo movimento, de acordo com Remy, impõe-se de forma mais clara nos países da América Latina. Estas transformações estão muitas vezes ligadas a uma necessidade de criar a segurança que os espaços públicos abertos não são capazes de assegurar.

No contexto urbano latino-americano, em termos de “situações concretas”, objetivas, podemos direcionar a utilização do conceito de *transação social*, numa perspectiva interpretativa, conforme propõe Remy, para análises da mobilidade urbana em cidades consideradas “intermediárias”, sendo possível identificá-las no

Brasil, onde o fenômeno da mobilidade socioespacial em cidades de “porte médio” (de 400 a 500 mil habitantes, em média) também se intensifica, assim como em grandes metrópoles do país, embora em menor escala.

A depender da escala de cada agrupamento humano, “cidades intermediárias” são aquelas consideradas centros regionais, localizadas em territórios extrametropolitanos e no quadro da sociedade em rede que atualmente vivenciam uma forte expansão urbana e adensamento populacional. E que, por isso mesmo, podem apresentar-se como bons analisadores das transações sociais. As “cidades intermediárias”, conforme conceitua Remy, assumem uma função primordial de interseção entre zonas urbanizadas, periurbanas ou rurais em processo de urbanização, nas articulações de fluxos regionais e locais por meio da mobilidade socioespacial. Estas cidades de “porte médio” não apresentam-se organizadoras e coordenadoras das grandes atividades sociais, com o são as grandes capitais políticas, econômicas e culturais. No entanto, as “cidades intermediárias” têm um papel de estruturação de um espaço periférico.

Entre as cidades brasileiras consideradas de “porte médio” e de funcionalidade regional, Montes Claros, possuindo uma população residente estimada em 415 mil pessoas (IBGE, 2022), destaca-se exatamente por estar localizada num dos principais eixos rodoviários de transição das regiões nordeste e sudeste do país, localizada no norte do estado de Minas Gerais, com taxa de 95% de urbanização. Além dos residentes, estima-se que o fluxo de viajantes ocasionais a Montes Claros seja de aproximadamente 800 mil pessoas, semanalmente, numa “unidade da proximidade e da distância” (Simmel, 2004, p. 133) dos demais municípios do norte de Minas Gerais e semi-árido do estado da Bahia, principalmente em busca de serviços de saúde e educação.

Montes Claros –que consideramos como sendo uma “cidade intermediária”– ocupava, em 2020, a 10^a posição no ranking municipal do PIB *per capita*, em Minas Gerais, sobressaindo notadamente no setor serviço, seguido dos ramos industrial e agropecuário (IBGE, 2022). O seu crescimento intensifica o fluxo de pessoas, o que coloca no primeiro plano das políticas públicas a questão da mobilidade socioespacial.

A principal característica das “cidades intermediárias”, como é o caso de

Montes Claros, é tornar-se centros de confluências e pólos regionais, em diferentes escalas. São espaços de interseções, de elos comunitários mas também ocasionais, de encontros e também de passagens, enfim de “transações sociais” que Remy denomina de “urbanismo insular”.

O problema é que a situação social explosiva em países como o Brasil compromete a perspectiva política do bem viver nas cidades. Grande parte dos problemas estruturais situa-se, de forma mais perceptível na vida cotidiana, em “cidades intermediárias”. O que seria abstrato para o cidadão, na dimensão da globalização, da economia de mercado, passa a ser “concebido”, “percebido” e “vivido” na dimensão intermediária, no *locus* da transação social. A compreensão é obtida como fusão de horizontes, possível pela condição de intermédio.

Ao acolher populações que chegam da zona rural, as “cidades intermediárias” oferecem uma capacidade de aculturação com um custo social menor –se comparado ao das grandes metrópoles. Ao mesmo tempo, ao acolher populações já urbanizadas –inclusive vindas do estrangeiro–, as características associadas à proximidade e a uma relativa transparência facilitam a assimilação aos lugares e a reinterpretção das transformações coletivas.

As relações sociais, assim como as ações dos indivíduos, estão inseridas na morfologia das cidades de tal modo que expõem suas contradições, múltiplas interações sociais e encontros com o externo, em ambientes de interseções. As condições materiais determinam as formas de relações e ações sociais –conforme as distinguem Max Weber (2009)–, assim como os modos de apropriação do espaço. Estratificados, os bairros, os condomínios, as praças, parques, ruas, as habitações, são impregnados de significado social, o que seguramente interfere no comportamento público das pessoas (Cardoso, 2021).

A partir das contribuições epistemológicas de Remy, consideramos que o estudo interpretativo do fenômeno urbano e de suas dinâmicas socioculturais –com foco em “cidades intermediárias” e suas transações sociais– pressupõe a construção de um paradigma sociológico que possa ir além da visão funcionalista de “urbanismo”. Em Remy, o estudo da urbanização –e sua expansão em direção ao rural– procura dar conta não somente de seus aspectos morfológicos e elementares da construção do

espaço vivido, e do trânsito das pessoas, mas lida heurísticamente com a problemática do fluxo de mensagens e de ideias na vida cotidiana.

Aqui, esta abordagem ampara-se na tese de que o espaço urbano não é homogêneo, ao contrário, é conflituoso e antagônico. Defende-se que a sociologia da *transação social* de Remy pode contribuir para compreensão das múltiplas modalidades de expressão de oposições sobre os valores que os cidadãos constroem no dia a dia, nas cidades. Assim, o pressuposto é de que agentes sociais têm desafios comuns sobre interesses parciais, mas simultaneamente solidários e até opostos, numa construção permanente de recursos, individuais e/ou coletivos e nas formas de apropriação do espaço, onde prevalecem ambiguidades latentes às práticas sociais.

3. Considerações finais

Os esforços interpretativos de Remy e sua abordagem metodológica em torno das modalidades de *transação social* contribuem, sobremaneira, para o enfrentamento das discussões contínuas entre a versão positivista/estruturalista versus interpretativista das Ciências Sociais, presentes desde os trabalhos clássicos da Sociologia. Na atualidade, como atestam Maurice Blanc, Bernard Fusulier, Nicolas Marquis e Christian Maroy, entre outros, a *transação social* articula dialeticamente o “estrutural” e o “estrutural”, possibilitando a identificação de dinâmicas específicas em “situações-limite”, porém sem abdicar da análise sistêmica das lógicas de determinação sobre os indivíduos e suas formas de apropriação no espaço.

A *transação social* é um paradigma cuja pertinência só pode afirmar-se no futuro, no sentido proposto por Blanc, com a condição que permaneça enquanto conceito aberto, flexível, que não se engesse no tempo, o que comprometeria sua capacidade de invenção e imaginação sociológica. Por fim, entende-se que os estudos dos processos de interação passam por uma maior operacionalização do conceito remyano, na perspectiva de compreensão não apenas das mobilidades de pessoas e de bens, mas também de mensagens e de ideias na vida cotidiana, portanto, potencial analítico aos desafios epistemológicos da atualidade.

Por fim, a *transação social*, em Jean Remy, também possibilita enfrentar

conceitualmente problema das escalas, nas cidades, isto é, as dimensões mais morfológicas ou administrativas das cidades⁴. As “cidades intermediárias” são compatíveis com dimensões e morfologias diferentes, conforme seus respectivos contextos nacionais ou regionais. Expressa o papel de intermediação em zonas urbanizadas ou em processo de urbanização, como ocorre atualmente em várias cidades brasileiras. Interagem com as zonas rurais, tendo a função de estruturação de zonas difusas, onde multiplicam-se os interstícios.

O urbanismo insular, conforme podemos também verificar em “cidades intermediárias”, induz com mais ou menos intensidade a uma transformação da cidade como meio de vida. Esta mudança tem uma incidência sobre a sociabilidade urbana. Por um lado, leva a uma redução da heterogeneidade nas relações, tais como elas são esperadas numa, onde os espaços públicos abertos são geralmente múltiplos. Por outro lado, os “fechamentos” podem levar a um retraimento das pessoas sobre si ou a um interesse limitado por um simples consumo cultural.

Por fim, Jean Remy recorda que estes processos afetam, nas suas expressões mais extremadas, as grandes cidades, mas que são observadas igualmente em “cidades intermediárias”, que, no entanto, não se limitam a reproduzir, de uma forma atenuada, o que se passa nas grandes cidades. As “cidades intermediárias” são lugar de reinterpretção através da qual afirmam a sua autonomia e a sua diferença. A vontade de participar da vida coletiva constitui ainda um dos traços da vida urbana contemporânea. Portanto, ao abordar este fato pelo lado da *transação social*, isso permite dar à participação um conteúdo mais explícito e mais dinâmico. A *transação social*, notadamente em “cidades intermediárias”, conduz a um modo de coexistência entre os cidadãos. A *transação social* pressupõe uma análise diacrônica que permite traçar a história imediata de uma ação coletiva.

⁴ Em 2013, em Lisboa, na última grande conferência fora da Bélgica, Jean Remy escreveu problematizando sua ideia de *transação social* e o conceito de “cidade intermediária” (Cardoso y Vaz, 2021).

Bibliografia

Balsa, C. (Org.) (2006): *Relações Sociais de Espaço –Homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Edições Colibri/CEOS.

Blanc, M. (2009): *L’avenir de la sociologie de la transaction sociale: réponse à Bernard Fusulier et Nicolas Marquis*. Disponible em web: [HTTP://rsa.reveus.org](http://rsa.reveus.org) [Consulta: 31 agosto de 2011].

Cardoso, A. D. y D. Vaz (Orgs.) (2021): *Cidades, escalas e transações*. V.N. Farmalhão (Portugal), Edições Húmus.

Cardoso, A. D. (2021): “Proximidade e distância nas cidades”, en A. D. Cardoso y D. Vaz, Orgs. ed., *Cidades, escalas e transações*. V.N. Farmalhão (Portugal), Edições Húmus, pp. 88 - 104.

Fusulier, B. y N. Marquis (2008): “La notion de transaction sociale à l’épreuve du temps”, *Recherches sociologiques et anthropologiques*. Disponible en web: [HTTP://rsa.revues.org](http://rsa.revues.org) [Consulta: 31 de agosto de 2011]

Honneth, A. (2007): *La philosophie de la reconnaissance: une critique sociale. Entretien avec Axel Honneth*. Paris, Gallimard.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Censo demográfico 2020 – Montes Claros*. Disponível em: Montes Claros (MG)/Cidades e Estados/IBGE. [Acesso em 20 de novembro de 2023].

Remy, J., L. Voyé y E. Servais (1990): *Produire ou Reproduire?* Bruxelles, Les Editions Vie Ouvriere.

Remy, J. (1995): “As modas, as posições intermédias e as espacializações do social”, *Sociedade e Território*, nº 21.

Remy, J. (2005): *Transaction – compromis et orientation systématique. Um modele cybernétique peut-il nous éclairer?* Paris, L’Harmattan.

Simmel, G. (2004): “O estrangeiro”, en G. Simmel, *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa, Relógio D’Água Editores.

Weber, M. (2009): *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Fecha de recepción: 4 de diciembre de 2023

Fecha de aceptación: 30 de enero de 2024